

PROPOSTA DE PAUTA DA 56ª REUNIÃO DO FÓRUM FLORESTAL

DATA: 17 e 18 de março

LOCAL: Hotel Jacarandá, Teixeira de Freitas

Lista de presença

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Sérgio Andrade	2- Grupo Ambiental Natureza Bela
4- Célio Roberto C. Costa	3- Associação dos Moradores de Costa Dourada
5- Almir Requião	4- Manguezal Meu Quintal
6- Edileuza S. Silva	
7- Fábio Fernandes Correa	5- Ministério Público da Bahia/NUMA
8- Waldir Paixão Graciano	6- Assoc. Moradores Comunidade Oliveira Costa
9- Nicholas Peter Rogers	7- Bahia Produtos de Madeira – BPM
10- Walter E. Rittershausen	
11- Vítor Trigueirinho	8- Fibria
12- Thiago Rizzo	
13 - João Augusti	
14- Rodolfo Loss	
15- Alexandre Di Ciero	9- Suzano
16- Mariana Andreatta	
17- Uélio Soares	
18- Álvaro Byczkowski	
19- Virginia Camargos	10- Veracel
20- Guilherme A. C. Baquião	11- 2Tree Consultoria/Aspex
21- Bruna Airibammar	
22- Luis Claudio Senna	12- Conselho de Desenv. Sustentável de Conceição da Barra
23- Walkiria Melo	13- Geopixel
24- Alex Moraes	
25 - Lausanne Almeida	14- Programa Arboretum
26 - Lucas José dos Santos	

Dia 17

Pela manhã, aconteceram as reuniões setoriais para leitura e preparo dos temas da pauta

Tarde

Praça da Bandeira, 100 - Sala 02 ,Centro, Porto Seguro - BA , 458100-000

Após a apresentação dos presentes, o secretário Oscar Artaza iniciou a plenária com a leitura da pauta para validação da mesma. Explanou rapidamente cada assunto a ser tratado e explicou o motivo da ausência do representante do IBIO, ocasionada por uma sobreposição de datas com a reunião extraordinária do Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável (CODETER), do Território de Identidade Costa do Descobrimento, em Eunápolis, onde foi convidado pela Coordenação do Colegiado a palestrar sobre Gestão de Bacias Hidrográficas no Fórum sobre a seca no rio Buranhém. A pauta foi validada com a sugestão do representante do Natureza Bela de atualização do tema eucalipto transgênico, para o assunto não cair no esquecimento. E também com a alteração da ordem dos assuntos, iniciando com a apresentação dos representantes da Lyptus.

1- Apresentação da Bahia Produtos de Madeira- BPM

O representante da Lyptus expôs brevemente o ramo de atuação da empresa, que trabalha com produtos sólidos de madeira de eucalipto, como pranchões, moveis, entre outros. O nome é Bahia Produtos de Madeira. Estando desde 2008 no território. Mencionou que estavam na reunião por dois motivos. O primeiro diz respeito à captação de madeira para abastecer a empresa, que necessita de 100.000 m³ de toras grossas por ano, ou cerca de 8.000 m³ por mês. Segundo ele, nos últimos anos a Fibria não forneceu mais madeira e nos anos de 2014 e 2015 eles fizeram um trabalho grande na BA e no ES buscando madeira grossa. E que a captação está muito difícil, pois todo mundo só tem madeira fina. Informou que estão mantendo fábrica rodando neste momento com sobra de mercado, comprando de um fornecedor em Mucuri. Mencionou que o segundo motivo para a vinda ao FF é que existe uma fazenda em Caraíva que possui 180.000 m³ de madeira, sendo possível destinar 90.000 m³ para toras grossas e 90.000m³ para celulose. Mas que o proprietário está receoso de cortar, por conta do acordo de exclusão de compra até 10 km do litoral. E que eles estão querendo comprar, mas não entendem muito bem o mecanismo do FF e que gostariam de saber se é possível estabelecer uma forma dos fazendeiros venderem a madeira grossa para serraria, para uso múltiplo. E questionou como o FF pode ajudar as papeleiras a comprar a ponta dessas árvores para atender as necessidades das fábricas. Perguntado sobre qual quantidade mínima que compram, respondeu que no mínimo 2 carretas, ou 100 m³ para cima. O secretário executivo elucidou que o assunto trazido pelos representantes da BPM diz respeito a um dos acordos do FF, que é o uso múltiplo da madeira. Mas ao mesmo tempo diz respeito ao acordo que restringe a compra de eucalipto e utilização para celulose nos 10 km do litoral, como forma de nivelar com a condicionante da Veracel. Afirmou que o assunto é relevante porque o proprietário tem intenção de vender para madeira sólida, que é o objetivo para o uso múltiplo, e que toda discussão do FF tem por viés o uso múltiplo. Mas que o complicador é que o proprietário quer vender a madeira grossa para serraria, mas quer vender as pontas finas para as empresas de celulose, porque senão terá um desperdício de 90 mil m³ de madeira que não serão comercializadas. E é aí que há um conflito com o que foi estabelecido no acordo de exclusão de compra de eucalipto para celulose nos 10 Km do litoral. Solicitou, então, que o representante da Aspex fornecesse mais detalhes sobre o assunto. O representante da Aspex informou que o produtor em questão é um dos seus associados e que vai passar pelo processo de certificação no próximo mês de junho. E que a área está na APA Caraíva-Trancoso, sendo que o proprietário possui uma anuência da APA de 2007. Mas em 2010 surgiu a resolução CONAMA 428 , que sobrepõe a questão da anuência da APA, que não é mais necessária, precisando apenas hoje só informar à prefeitura, que vai comunicar à APA sobre a atividade de retirada da madeira. O secretário executivo citou que a solução pode ser rever a redação do acordo e lembrou que há uma restrição regimental de que um assunto trazido à plenária não

pode ser deliberado na mesma plenária. E propôs que o assunto seja deliberado em uma reunião extraordinária, sugerindo que a mesma seja realizada em abril em Porto Seguro, na qual irá se decidir se o acordo vai ser revisto. O representante da Suzano citou ser totalmente inadmissível o FF conseguir influenciar de forma negativa um negócio interessante e importante para a região. E que é necessário acontecer a reunião extraordinária nem que seja só para trabalhar especificamente o caso da Lyptus. O secretário executivo frisou que resolver o problema da Lyptus isoladamente vai abrir uma exceção e que o ideal é discutir a redação do acordo e pensar na questão do uso múltiplo que vem sendo trabalhada desde 2009. O representante de Oliveira Costa falou da dificuldade dos artesãos da região em conseguir madeira para trabalhar, inibindo a geração de emprego e renda através do uso múltiplo para muitas famílias. O representante da Suzano sugeriu que a decisão fosse tomada através de outra ferramenta que não a reunião presencial, como por e-mail ou Skype. Ao que o secretário executivo recordou que as decisões só podem ser definidas em reuniões plenárias. Após consulta, deliberou-se que a reunião extraordinária para tratar o tema acontecerá no dia 13 de abril, em Porto Seguro, com início às 10 horas da manhã até se esgotar o assunto.

2.- Situação atual nas áreas de recuo do litoral

Iniciando o debate sobre o tema, o secretário executivo recordou que existe o Plano Participativo de Uso e Ocupação na Área de Recuo do Litoral e que a dúvida é o que vai ser feito para a implementação do acordo. E que como parte do acordo foi realizado o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, que é um produto específico que já foi discutido no FF e o que tem que ser decidido agora é a continuidade, as decisões das empresas Fibria e Suzano de como vão tratar os invasores, de como vão abordar esta questão interna das empresas. A representante da Suzano argumentou que para as próximas áreas de recuo deve-se seguir o que está escrito no acordo, tendo um plano de desenvolvimento antes de efetuar o recuo. E que nas áreas que já estão invadidas vai ter ação interna, tratada com confidencialidade, com os resultados sendo trazidos para o FF. Por sua vez, o outro representante da Suzano frisou que só é possível fazer um plano de uso e ocupação da área invadida após a retirada dos invasores. O representante de Oliveira Costa pontuou que foi levado para a comunidade a informação de que através do FF está se buscando uma forma de trazer geração de emprego e renda, e que a área é um patrimônio natural que todos devem cuidar. E que também estão brigando contra a especulação imobiliária, onde estão sendo beneficiadas só pessoas de fora da comunidade. E que pela morosidade da retomada das áreas, a comunidade está ficando de fora. Mencionou que não tem os invasores questionarem a posse das áreas porque já tinha eucalipto plantado em 2011, época da redação do acordo. O representante da Suzano lembrou que foi definido em reunião anterior que invasor é invasor independentemente de estar nas áreas das empresas ou da União, e que tinha que ser tratado da mesma forma, mas que isso não está acontecendo. O secretário executivo lembrou que na verdade foi definido que haveria uma diferenciação entre os que tem ocupação legítima, antiga, e os que são invasores. Ao que o representante da Suzano reforçou que não é isso que está acontecendo e que a empresa não vai dar mais informações sobre as ações para retomada das áreas invadidas até decifrar alguns mistérios.

O representante do Manguezal Meu Quintal afirmou que a Suzano demorou muito em tomar a decisão de se calar sobre as invasões e que a retomada de terras é longa, pois tem as instâncias legais, mas que em momento algum pensou que a empresa ia abandonar seus bens. Mas reiterou que existe um acordo que precisa ser implementado de fato, e que houve falha na execução inicial do projeto quando se recuou sem ter um plano do que seria realizado nas áreas recuadas. O representante da Fibria salientou que a empresa não vai dar informações e

não vai fazer novos recuos no momento, mas que as medidas de segurança patrimonial, jurídicas e ambientais vão continuar sendo tomadas com vistas à resolução do problema. E o que está acontecendo é uma mudança de estratégia das empresas para se implantar o plano com mais tranquilidade, numa situação que seja mais favorável.

O secretário executivo observou que aconteceram dois casos em que houve recuo antes do plano – na Praia dos Lençóis e Praia 2. Destacou que foi feito o diagnóstico e que a ideia agora é ir para o termo de referência – TDR para o plano que envolve todas as áreas. E enfatizou a importância de que o plano contemple todas as áreas, invadidas ou não, porque é uma forma de ter o apoio social, desde que seja feito de forma participativa. Lembrou que o GT ia propor à plenária que o trabalho participativo não iria envolver oficinas ou megaeventos, pois o diagnóstico já apontou quem é ou não morador antigo e legítimo. E ressaltou que quem for elaborar o plano vai conversar diretamente com as pessoas elencadas no diagnóstico, incorporando-as na construção do plano. E que a questão ambiental ia ser preponderante na discussão do plano, pois tem restrições de preservação, de reconstruir ambientes litorâneos e de paisagem, que sempre foi o principal tema dentro da discussão desse acordo. Afirmou que quem for elaborar o plano junto com a comunidade tem que ter claro quais são as premissas que não podem ser deixadas de lado e que considera um erro deixar as áreas de conflito de fora.

Por seu turno, o representante do Natureza Bela considerou que vai haver um imobilismo, pois vai ter o plano, mas não a implantação do mesmo. O representante da Suzano explicou que existe uma situação bastante complicada com invasores que têm situação econômica confortável e que esses invasores poderosos comparados com os demais estão se privilegiando de fatos que não se pode desconsiderar. E que para resolver de uma vez por todas e implementar o plano é preciso definir o que fazer com os invasores ilícitos e com os grandes, que têm se comportado de maneira bastante perigosa. Frisou que não se pode diferenciar os invasores das áreas, sejam da empresa ou da União, e que os grandes são os que manipulam os pequenos para desestruturar a região. Afirmou que a empresa não se sente confortável em compartilhar certas informações e acha que não é possível implementar o acordo enquanto não resolver essa situação. Outra representante da Suzano complementou que o FF é da Bahia e não o FF do Picadão da Bahia. E que a empresa honrar o acordo e fazer o plano em outras áreas que não estão invadidas, começando certo, não esperando que as outras áreas sejam invadidas e virem tema para discussão no FF. Começar o plano participativo nessas áreas não invadidas, começar o plano participativo nelas, usá-las como exemplo fazer um piloto e depois, quando resolver a situação, implementar nas áreas já invadidas. E que mesmo que não tenha oficina, vai ter um planejamento conjunto. Questionou como construir um plano de ação se não tem tempo para ação de retomada terminar, pois pode demorar um mês, um ano, ou vai se gastar uma verba para fazer o plano e quando for implementar o cenário pode ter mudado.

O secretário executivo ponderou que o plano é um só, mas é diferente para cada localidade e tem *timings* diferentes. E que a implantação do plano num lugar que não tem conflito é distinta de um local onde tem conflito. E que tem também o cronograma de corte. O representante da Suzano indagou se existe uma lista com os invasores e se o FF concorda que são invasores, e quem não é legítimo é invasor. Para ele, este é o primeiro passo para saber quem são os invasores e quem são os legítimos. E que é importante pois na última plenária ao citar um nome de invasor, foi contestado de que a área em questão era da União e não da Suzano. E que o FF tem que reconhecer quais pessoas são invasoras e todos ficarem do mesmo lado. Respondendo à indagação do representante da Suzano, o secretário executivo falou que invasor é aquele que está ocupando, a partir de 2011 quando foi assinado o acordo, uma área que não é dele e que não tem documento. É quem está ocupando uma área de recuo, que é a

preocupação do FF. E que se uma pessoa está ocupando uma área desde 1980, desde 2000, é uma posse que é um problema judicial e tem que ser resolvida na Justiça. E lembrou que dentre as premissas do termo de referência ficou claro que não pode participar do plano aquelas pessoas que estão ocupando áreas da Marinha ou da União ou que não sejam os moradores legítimos ou antigos.

O representante da Fibria argüiu que as principais questões é quem são os invasores e o que as pessoas querem. E que as duas respostas estão no diagnóstico, com levantamento das construções dos imóveis e das invasões e tem os dados brutos das entrevistas com o que as pessoas querem para as áreas. E que é só pegar os dados e aplicar. Ao que o secretário executivo perguntou quem vai pegar esses dados e aplicar, e que este trabalho é o plano propriamente dito. A representante da Suzano sugeriu duas propostas: que se tenha uma definição clara do que é invasor e do que não é e que se registra na ata. E que não se pare de trabalhar com a área de recuo e o plano participativo, mas que se mude o foco trabalhando em áreas de recuo de outros acordos até resolver o problema na estrada do Picadão. Exemplificou que se deixe de lado, por enquanto, o recuo do litoral e se trabalhe nas áreas de recuo dos núcleos urbanos. Por sua vez, o secretário executivo propôs que se continue o trabalho como foi previsto inicialmente, deixando de lado as áreas de conflito, utilizando as áreas que não estão em conflito, para a partir delas perceber o que deveria ter sido feito. Mas ao mesmo tempo tentando resolver os problemas que já foram criados, que vai ser feito via Justiça e pelo patrimonial das empresas. E lembrou que as áreas em conflito representam cerca de 20% do total do que está sendo discutido. E que é um erro deixar 80% sem fazer o que se está propondo neste tema, que vai ao encontro do ordenamento territorial que está sendo discutido há tempos no FF. E que o trabalho seja feito em função do cronograma de corte.

A representante da Suzano contrapôs que seja colocada uma ressalva de que se em algum ponto da implementação do plano acontecer uma falha e houver invasão da área que a ação seja interrompida. E o representante da Suzano propôs uma condicionante na proposta 2, de que se tenha uma lista com o nome de todos os invasores - não só os das terras da empresa - e se entre em concordância de que a lista dos invasores que se refere ao acordo do FF é a mesma lista dos invasores da empresa. E que a empresa não vai fazer o plano se não tiver a definição de todos os invasores, pois - se fizer o plano só com os invasores de áreas das empresas - os que estão invadindo áreas da União vão dar um jeito de fazer algo nos locais destinados para o plano. A gente define linha de base porque sabe que daqui para frente sabe quem são invasores e caso haja alguma ação na Justiça qualquer membro do FF pode ser testemunha.

Encaminhamentos:

- Definir claramente quem são os invasores e quem são os legítimos. Levar para GT.
- Iniciar o plano pelas áreas que não têm conflito
- Retirar caixa d'água na Praia dos Lençóis

a) Apresentação do cronograma de corte:

Encaminhamento:

- Na próxima reunião do GT

b) Escopo do TDR Plano participativo de uso e ocupação do solo nas áreas de recuo

Por sua vez, o representante a Fibria, levando em consideração que já se tem um diagnóstico feito por um grupo de fora do FF, sugeriu que ao invés de contratar uma empresa para fazer o plano, sugeriu desenvolver o plano com 4 pessoas do FF, sendo 2 ligadas às empresas e 2 representando as organizações. Ressaltou que o plano tem que pensar no todo, como está no acordo, e que as áreas onde existem conflitos vão ter conjuntura diferente, mas não se deve deixa-las de lado. E que se poderia pensar numa diária, num valor hora, para as pessoas ligadas às organizações, uma vez que as mesmas estariam se dedicando além da participação no FF, que não é renumerada. E que a qualquer momento se pode contratar ou buscar informações com técnicos para contribuir na construção do plano. O representante da Suzano afirmou que não tem ninguém mais apropriado para elaborar o plano do que as pessoas que estão no FF e que com esse formato vai ter mais sinergia e tende a ser mais assertivo. O secretário executivo falou que se houver mais de 2 interessados se pense num processo de seleção.

Encaminhamentos:

- Pelas empresas foram indicados Vítor (Fibria) e Mariana (Suzano)
- Elaborar no GT o escopo do trabalho a ser realizado para elaboração do plano

c) Invasões de terras

O secretário executivo ressaltou que as invasões de terra no município de Mucuri já estão sendo abordadas dentro do diagnóstico, mas que a questão é como o FF vai abordar e assumir dentro de outra problemática da invasão que está ocorrendo em fazendas de plantio de celulose. Falou que a questão foi levantada pela Veracel que tem milhares de hectares invadidos. Tomando a palavra, a representante da Veracel explicou que a empresa está sofrendo com muitas invasões em áreas da empresa. E que por conta disso foi feito um acordo com assentamentos que fizeram invasão até 2012 e durante um período houve uma trégua após essa negociação que envolveu 12.000 ha. Mas as invasões retornaram no segundo semestre do ano passado e já havia na Justiça vários pedidos de reintegração de posse de outras áreas ocupadas que não estavam dentro desse acordo de 12.000 ha e o governo aceitou dar uma acelerada neste processo e este ano começaram as reintegrações de posse. Informou que cerca de 50 reintegrações foram feitas nos últimos 2 meses, mas que a situação tem se agravado, inclusive com uso de violência, pois outros movimentos têm chegado aos locais após as reintegrações de posse. Citou que no assentamento 09 de Julho, em Eunápolis, foram retiradas 80 famílias, mas durante a madrugada chegaram caminhões com pessoas e ameaçaram vigilantes e invadiram a área. E que a empresa tem que deixar vigilantes nas áreas onde é feita colheita e que não sabe mais como agir. Ressaltou que a situação vivida pela Suzano é similar a que a Veracel está vivendo hoje em áreas que nem são de recuo. Citou que cerca de 30.000 ha estão ocupadas o que dá mais de 30% das áreas da empresa invadidas e que os movimentos estão brigando entre eles, com parte concordando com os assentamentos sustentáveis e outra não aceitando. Mencionou que a empresa cumpriu os prazos dela no acordo, mas que o tempo do governo é outro, a regularização da terra e o repasse é lento. E que os movimentos brigam porque acham que a empresa não está fazendo a parte dela. Observou que em reunião no ano passado o presidente da empresa ventilou o fechamento da unidade de Eunápolis, por ser inviável operar com 30% da sua parte de madeira comprometida. O representante da Suzano, ao saber da degradação ambiental praticada pelos invasores, destacou a gravidade do problema e indicou levar o tema ao conselho do Diálogo Florestal, por achar que merece uma posição em relação ao problema.

2.- Mosaico hídrico

Antes da apresentação do representante da Fibria sobre o tema, o secretário executivo enfatizou que essa é uma discussão bastante interessante, pois envolve outro tema muito relevante que é a água e que o FF quer saber que caminho tomar em relação a este assunto. E entender melhor o que está sendo feito, os pontos fortes e as fragilidades dos sistemas de monitoramento, o que as empresas estão fazendo e qual a capacidade de comunicação dos sistemas de monitoramento. E no caso da Fibria entender melhor o programa de modelagem que eles estão usando para acompanhar o tema hídrico.

O representante da Fibria explicou que o principal objetivo de sua explanação é trazer mais informações sobre o tema. Mencionou que recursos hídricos, monitoramento, microbacia e manejo de paisagem são temas tratados dentro da empresa de forma científica pelo meio ambiente florestal e tem muita informação sobre o tema, por ter mais de 20 anos de estudos. Ressaltou que a Fibria trata os impactos ambientais do eucalipto, principalmente sobre os recursos hídricos, dentro do projeto de pesquisa Microbacia, que nasceu em 1993 na antiga Aracruz Celulose. E desde essa época foram efetuados diversos monitoramentos que levaram à modelagem mencionada pelo secretário executivo. Citou que o projeto Microbacia trata mais dos impactos do eucalipto na paisagem, como mais um ator dentro da paisagem na BA e no ES, que é mistura de eucalipto, mata nativa e pastagem, dentro dos níveis de árvore, plantio e paisagem. E trabalha como o plantio interage e sofre influência do meio ambiente, em termo de crescimento e alocação de carbono. Mencionou que o projeto Microbacia gira em torno do ciclo da água e monitora todos os componentes do balanço hídrico na paisagem. Destacou que em Aracruz tem o projeto instalado em 3 bacias distintas com eucalipto de diversas idades, em pastagem e em eucalipto de uma idade só, onde são monitorados o balanço hídrico (chuva que entra, água que sai para evaporação do solo, a transpiração, o que infiltra no solo, o que abastece o lençol freático, o que escoar para o riacho e a umidade que fica retida no solo). Disse que a partir daí se entende como o eucalipto absorve CO₂, como aloca CO₂, como usa a água para fazer isso, como transpira, a quantidade de água que transpira, quantidade que sobra para abastecer lençol freático, além do monitoramento paralelo de flora e fauna nativa para avaliar a biodiversidade. E que nesses 3 manejos da paisagem tem obtido resultados interessantes do uso dessa paisagem no ambiente. E que os resultados fazem entender os processos de evapotranspiração, que retira água do ambiente, de dinâmica de água no solo, vai coletando dados de várias maneiras, com vários instrumentos. E consegue montar ou melhorar o modelo já existente, que é uma representação da realidade, para com estes dados falar de um ambiente que não tem informação total dele. No caso específico, os principais são vazão, produção de sedimentos e abastecimento do lençol freático. Observou que o projeto Microbacia, além de mostrar para sociedade como a empresa atua, é fonte desses dados para modelar modelos de vazão. Definiu-se uma unidade de planejamento que é o tamanho de uma bacia específica e rodando para todas unidades para verificar como manejo está influenciando na produção de água nesses ambientes. Tem modelo de crescimento também, que com condição de clima sabe como eucalipto está crescendo, juntando modelos para ter maior entendimento de todas as áreas da empresa, pois não tem como monitorar no local todos os riachos e bacias. Afirmou que atualmente a empresa procurar plantar e colher de forma que tenha sempre água disponível naquela bacia, atuando de forma pró-ativa e mais coerente com os recursos naturais disponíveis por região.

O representante do Manguezal Meu Quintal questionou se a empresa tem estudos comparando o lençol freático em locais com ou sem plantação de eucalipto. Ao que o representante da Fibria respondeu que este é um dos principais estudos da empresa e que o

mito de que eucalipto seca o solo não vai acabar nunca, pois se tornou verdade absoluta. E que a empresa tem preocupação com o manejo, que é o verdadeiro problema. O secretário executivo perguntou se a modelagem substitui ou complementa os vertedouros tradicionais e se dentro do planejamento consideram outras empresas que estão plantando na mesma bacia. O representante da Fibria esclareceu que os monitoramentos são necessários para ter dados in loco para calibrar e validar o modelo. E que após isso precisa só de pontos de checagem com dados próprios, e que principal variável é vazão. Quanto à segunda pergunta, afirmou que os outros usos são considerados no manejo de paisagem. Sobre indagação do representante de Oliveira Costa sobre proteção das nascentes, alegou que proteger riachos e nascentes com nativas só tem efeito positivo com 30 anos ou mais. Várias indagações dos participantes diziam respeito aos comitês de bacias hidrográficas, que na BA estão sendo reformulados pelo Inema e o secretário executivo sugeriu enviar para a lista de e-mails do FF o calendário de mobilização em cada região do estado. Em relação ao questionamento do secretário executivo sobre qual o cenário para a região por conta das mudanças climáticas, o representante do Natureza Bela informou que a CI fez um estudo sobre os impactos previstos e tem algumas respostas. O representante da Suzano complementou que a empresa tem um trabalho mostrando como foi o comportamento da questão hídrica, pontuando os ciclos importantes de tantos em tantos anos, estabelecendo que tem uma lógica e que não é aleatório. O secretário executivo ponderou que é importante entender o que está sendo monitorado e cruzar com informações do monitoramento da cobertura vegetal e tirar conclusões.

Encaminhamentos:

- Convidar CI para apresentar o trabalho de mudanças climáticas
- Organizar um workshop com o tema (setembro)
- Alterar a data da reunião de setembro para 21 e 22

3.- Curso de capacitação da Geopixel em Teixeira de Freitas

O secretário executivo explicou que o curso de capacitação da Geopixel aconteceria em março, mas a UFSB – Campus Teixeira de Freitas, que é parceira no evento e vai disponibilizar sala, computadores, softwares, solicitou o adiamento por um mês porque está em reforma. Reforçou a importância das organizações e empresas que atuam na região ajudarem a mobilizar e divulgar o curso, que vai acontecer de 25 a 29 de abril. E que a ideia é convidar técnicos concursados das secretarias de meio ambiente, estudantes e membros de associações. Elucidou que terão 2 turmas, com 20 participantes cada. Uma para quem não tem familiaridade com o tema, nos dias 25 e 26 de abril. Outra para quem tem conhecimento básico de SIG, nos dias 27 a 29 de abril. Estabeleceu-se o dia 20 de abril como data máxima para inscrição. Comprometeram-se como mobilizadores/divulgadores do curso: Célio, Waldir, Almir, Vítor e Mariana.

4.- Boletim informativo

O secretário executivo falou da importância do boletim informativo como ferramenta de divulgação das atividades do FF Bahia e de aproximação com a sociedade. E da necessidade de definir o nome do jornal e que vai ser abordado: as colunas, as editorias e os assuntos. E que em virtude do orçamento apertado reduzir a quantidade de edições neste ano, com a elaboração de 2 números ao invés de 4. E fazer um esforço para falar que o FF existe e que tem resultados. O representante de Oliveira Costa citou que é essencial que o jornal seja impresso.

Em seguida, solicitou a sugestão de nomes para o boletim, tendo surgido 5 nomes. Por votação, foi escolhido o nome Diálogo em Notícia. Em relação ao conteúdo/sessões, foram listadas: Eventos (calendário), Fatos e Projetos Ambientais/Sociais, Editorial, Destaque, Você Sabia?, Dicas Úteis, Quem participa e Resultado dos Acordos. A representante da Suzano propôs que as empresas colham sugestões para o boletim junto as suas assessorias de comunicação. E que essas sugestões sejam levadas na próxima reunião do GT. Indicou ainda que tenha uma coluna que aborde questões ambientais. Sobre a distribuição, o secretário executivo informou que serão impressos 2 mil jornais e a distribuição será feita pelas organizações participantes do FF, além de newsletter e do envio pelo Correio.

5.- Revisão do orçamento do FF e extensão do mandato da secretaria executiva e da instituição sede até dezembro 2016

Ao abordar o tema, o secretário executivo comentou que até a última reunião do ano havia a certeza de que se fecharia o ano sem problemas no caixa, mas ao fazer os últimos compromissos orçamentários percebeu-se que o dinheiro não ia dar. E foi utilizada uma parte da antecipação da anuidade da Fibria para honrar os compromissos de 2015. E analisou que o esperado era que se chegasse no final de 2015 com saldo positivo. Elucidou que entre os itens que levaram para cima os gastos estão os encargos do assistente administrativo, que não foram calculados corretamente, gastos com reunião e com viagens, além da compra de novos computadores para a secretaria executiva. Indagou se haveria a possibilidade de aumento do orçamento e em caso negativo reduzir custos em algumas rubricas, para se adequar ao orçamento. Os representantes da Fibria, Suzano e Veracel afirmaram que nas empresas não existe a menor possibilidade de complementação do orçamento. Por sua vez, o representante da Suzano sugeriu que sejam feitos a readequação do orçamento e que em caso de necessidade de uma atividade extra, como um dia de campo, levar a solicitação específica para as empresas. Em relação, aos gastos da sessão extraordinária agendada para abril, o secretário executivo esclareceu que foi repassado para os representantes da Lyptus o problema e que eles se prontificaram a ajudar nos custos da reunião. O representante da Suzano aproveitou para solicitar que a proposta de orçamento seja enviada para as empresas até no máximo no mês de agosto.

Em relação à extensão do mandato da secretaria executiva e da instituição sede até dezembro de 2016, o secretário executivo justificou a solicitação tendo em vista a necessidade de sincronizar as atividades ao ano normal, de janeiro a dezembro. E que isto não seja alterado e adotado como regra. Propôs que seja incluída uma norma interna que todo processo de escolha e contratação da secretaria executiva e da instituição sede aconteça na penúltima reunião do ano. E a entrega do resultado para a plenária ocorreria na última reunião do ano, em novembro, o que daria um mês de transição para fazer todo o repasse para a nova instituição sede, começando suas atividades no dia 1º de janeiro. Assim como a secretaria executiva. Esclareceu que dessa forma o TDR seria lançado em setembro, com um mês para recebimento de currículos e de propostas para a nova instituição sede. Lembrou que se o secretário executivo for reconduzido, como foi aprovado na revisão do RI, não é necessário o processo de escolha.

Encaminhamento:

- Enviar a planilha orçamentária para os representantes das empresas e em conjunto com a secretaria executiva e o IBIO fazer a readequação do orçamento de 2016.

Dia 18

6.- Apresentação dos resultados finais do Monitoramento da cobertura vegetal no extremo sul da Bahia/Costa das Baleias

A representante da Geopixel iniciou a explanação apresentando a equipe técnica envolvida no projeto e falou dos objetivos contidos na proposta técnica e no edital, que foi monitorar a dinâmica histórica da cobertura vegetal em municípios da área de atuação das empresas Fibria e Suzano, desde 1990 até 2013. Explicou que foram cruzados de um ano para outro para saber o que tinha de diferença entre vegetação nativa, agricultura, eucalipto, entre outras. E que foram identificadas as áreas prioritárias para restauração e os estoques de biomassa e carbono. Mencionou que as imagens RapidEye do ano de 2013 foram fornecidas pelas empresas e que em pequenas áreas foram usadas imagens de 2012. Detalhou o processo de interpretação das imagens e dos softwares que foram utilizados durante a classificação, de acordo com a legenda de classes adotadas. E da validação das imagens através do índice Kappa, com atividades de campo e localização de 700 pontos nos 13 municípios, com coleta de amostras de vegetação e do uso do solo. Ressaltou a participação de pessoas da região para ajudar na localização dos pontos para o trabalho de campo. Informou que nos mapeamentos de 2006 a 1990 foram utilizadas imagens Landsat, por falta de imagens com maior resolução no período, e houve mudança de classes. E que por conta da dificuldade de se encontrar imagens sem nuvem da região, foram usadas imagens de ano anterior. Após finalização de todos os mapeamentos, que passaram pelo controle de qualidade da Geopixel e das empresas, foi realizado o cruzamento temporal de 2006 com 2002, de 2002 com 94 e de 94 com 90, partindo do ano mais recente para o mais antigo, com geração de relatório de cada cruzamento temporal, com dados do que diminuiu através de gráficos e legendas. Citou que foi mapeada uma área de 18.510 km², maior do que estava no edital e na proposta técnica, porque preferiram abrir mais e dar um buffer na área do IBGE para não ter que corrigir área. E exemplificou com Mucuri que tem 3 limites oficiais pelo IBGE. E que no mapeamento temático RapidEye a escala de execução foi de 1:12,500, embora o edital pedisse 1:25.000 e a área mínima 6,5 ha. No LandSat a escala foi de 1:25.000, ao invés de 1:50.000 que constava no edital, com área mínima de 10 ha. E que a área mínima mudou por causa da resolução da imagem. A largura mínima para a classe corpos d'água foi de 20 metros e na finalização dos dados usa a topologia para controle de qualidade para que não haja sobreposição de dados e não tenha buracos no mapeamento. Abordou, em seguida, os tipos de classe que foram empregadas no mapeamento RapidEye e da dificuldade que tiveram para classificar a cabruca. Indagada sobre como diferenciaram vegetação em estágio inicial e pasto sujo, a representante da Geopixel elucidou que o pasto sujo foi classificado em áreas de vegetação distanciada, esparsa, com solo bem arenoso ou degradado. E a vegetação em estágio inicial é mais densa ou está em estágio de regeneração. Falou da diferenciação entre floresta em estágio avançado. Que o eucalipto foi colocado como insumo, que com mais de 3 anos é fácil de identificar.

O representante do Ministério Público aludiu que no caso da vegetação nativa já existem produtos oficiais, como por exemplo o convênio da SEMA com o WWF, que tem um mapa de áreas prioritárias para conservação e formação de corredores ecológicos. E perguntou se algum dado secundário foi utilizado para mapeamento da vegetação nativa. A representante da Geopixel informou que foram usados como insumos o DDF, um projeto do Inema, mais generalista porque escala é maior, e também imagens do Google Earth. Enfatizou que no mapeamento 2013 o resultado da análise da matriz do Índice Kappa foi de 0,89, atendendo ao requisito exigido pelo projeto, com qualificação excelente. Apresentou os mosaicos das imagens feitas no mapeamento LandSat e explicou que as imagens de 1990 dos municípios de

Mucuri e Nova Viçosa apresentaram muitas nuvens e que, então, utilizaram imagens de 1991. O mesmo aconteceu com as imagens de 1994, com trechos com nuvens. E que a equalização das imagens obedeceu ao mesmo parâmetro para todos os anos para ter a mesma resposta espectral de 1990 a 2007. Detalhou os tipos de classe no mapeamento com as imagens LandSat e que por conta da menor resolução das imagens há uma diminuição do número de classes. Por seu turno, o representante do Manguezal Meu Quintal questionou se o mapeamento tem alguma observação sobre o mangue. E a representante da Geopixel disse que se notou uma diminuição do manguezal de um ano para outro, mas depois reaparece. Mas que não foi feita uma análise específica sobre o mangue e que se analisou mais agricultura X florestas. Mas que a partir da disponibilização dos dados se vai conseguir fazer esse parâmetro e fazer relatório com classe mangue. Exibiu ainda tabelas de ganho e perda das classes nos diversos períodos estudados no mapeamento LandSat.

Em meio aos questionamentos de como disponibilizar as informações do monitoramento, a representante da Veracel recordou que um dos produtos do mapeamento realizado na área da empresa foi a entrega de mapas em PDF por município e por bacia.

Finalizando a apresentação, a representante da Geopixel pontuou com as sugestões para os próximos monitoramento: utilizar imagens com melhor resolução espacial, 1,5m ou melhor; estudar a possibilidade de utilizar os mesmos insumos de imagem para toda área de interesse; prever a compatibilização dos dados produzidos para as áreas de interesse, atuação Veracel e atuação Fibria e Suzano, na próxima contratação; avaliar a necessidade de avaliar novas áreas, que estejam conectadas aos municípios do Extremo Sul da Bahia e implementar o portal de transparência e publicação dos dados do projeto.

O representante da Fibria perguntou se é possível colocar as mesmas legendas do ano de 2013 do ano de 2006 sem perder e fazer o cruzamento. O representante disse que vai se ter uma sobreposição de classes, por conta das resoluções diferentes das imagens, e que ia perder alguns alvos. Complementando, disse que essa transição vai acontecer em algum momento e vai melhorando a qualidade do trabalho.

a) plataforma;

b) mapas consolidados com as mudanças 1990, 2001, 2007, 2013

c) novos limites do monitoramento

Encaminhamentos:

- Definir os públicos e formas de divulgação (plano de comunicação)
- Ambiente acadêmico e ambiente comunitário
- Caderno do Diálogo Florestal
- Press release
- Viabilizar a ampla distribuição do trabalho
- Plataforma

8.- O que houver

O representante da Natureza Bela abordou sua preocupação com a falta de informações sobre o andamento do tema eucalipto transgênico. E que de alguma forma houvesse um informe regular do que está acontecendo. E que fez consulta no site do CTNBio e descobriu que em Teixeira de Freitas existe um plantio da Suzano com uma variedade de eucalipto resistente a herbicida, que o FF tem restrições. E que é importante ter um acompanhamento sobre o

assunto, para saber quais pesquisas estão sendo feitas e com qual objetivo. O secretário executivo lembrou que os assuntos incluídos na pauta só saem se for decidido pela plenária.



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA